



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Após o fim do segundo trimestre de 2023, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 2,1% em 2023 frente à expansão de 2,9% no ano anterior. A projeção para 2023 é maior que a observada no final do primeiro trimestre de 2023 (0,9%), e, na avaliação do Banco, a revisão alista foi provocada pela surpresa positiva registrada no 1T23 decorrente do forte desempenho do setor agropecuário. Entretanto, a despeito da surpresa positiva no início do ano, a dinâmica das atividades mais ligadas ao ciclo econômico reforçou a percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022. Além da contribuição do setor agrícola, parece-nos que a perspectiva de permanência da variação do PIB em terreno positivo decorre da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022 e que foram parcialmente estendidos no início de 2023. Os dados de atividade econômica recém divulgados vieram em linha com nossa estimativa de desaceleração do PIB nos trimestres seguintes, mas o início mais promissor do ano levou-nos a revisar nossa projeção de expansão do PIB brasileiro de 0,8% para 1,9% em 2023.

No segundo trimestre de 2023, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 3,0% frente ao patamar de 4,7% observado ao final de março 2023. Apesar do recuo ter trazido a inflação interanual para patamar inferior à meta de 3,25% determinada para 2023, o movimento foi causado em grande parte por causa dos efeitos de cortes temporários de impostos introduzidos no segundo semestre do ano passado. Porém, esta redução de impostos deixará de valer a partir do 3T23 e, na visão do Banco, deverá resultar em elevação da inflação interanual para níveis superiores tanto à meta quanto ao teto do intervalo de tolerância estipulado no regime monetário. Assim, o Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do primeiro trimestre de 2023. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a aprovação do novo arcabouço fiscal, com sinalização do governo que ampliará o montante de gastos públicos a partir deste ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2023 e 10,50% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$4,76/US\$ e R\$5,08/US\$ no segundo trimestre e encerrar o período cotada a R\$4,80/US\$. Ou seja, patamar inferior à cotação de R\$5,06/US\$ verificada no encerramento do 1T23. Na visão do Banco, a valorização do real advindo da aprovação do novo arcabouço fiscal que reduziu as incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo. Contudo, a volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025. Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA, a despeito da pausa efetuada na reunião do FOMC em junho de 2023; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro, seguida de declarações de continuidade no ciclo de aperto monetário na região e; 4) frustração quanto ao ritmo de recuperação da economia chinesa. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação do novo arcabouço fiscal e da Proposta de Emenda Constitucional que altera a tributação sobre consumo pela Câmara dos Deputados; 2) surpresa positiva com crescimento econômico no 1T23 derivada de crescimento significativo do setor agropecuário e; 3) manutenção das metas e bandas de tolerância do regime inflacionário para os próximos anos, reforçando a possibilidade de cortes de juros ao longo do 3T23.

2. Desempenho

Em relação ao desempenho financeiro, o resultado gerencial alcançou R\$2.309 milhões no segundo trimestre de 2023, com variação de +8% no trimestre e queda de -43% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O retorno gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 11,24% no 2T23, melhora de +68bps no último trimestre e queda de -961 bps quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A carteira de crédito atingiu R\$ 499.520 milhões representando crescimento de 6,6% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o crescimento da carteira de Grandes Empresas com crescimento de 12,9% (destaque para produtos de Comex) e Pessoas físicas com de crescimento 5,8% (principalmente por Consignado, Imobiliário e Crédito Pessoal). No trimestre, a carteira caiu -0,2% com destaque para Grandes Empresas (principalmente pela volatilidade cambial) para os demais segmentos houve crescimento de 0,2% no QoQ, principalmente por pior dinâmica de mercado assim como nossa maior seletividade ao crédito.

A margem financeira bruta totalizou R\$13.828 milhões no segundo trimestre de 2023 com crescimento de 7,6% se comparado com o mesmo período do ano anterior e crescimento de +5,2% quando comparado ao trimestre anterior, explicados principalmente pela melhora em margem com mercados (efeito positivo a curva futura de juros e melhor performance de operações de mercado) e margem com clientes, com leve melhora explicadas principalmente por margem de crédito.

A despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa atingiu R\$ 4.664 milhões com queda de 22% em relação ao ano anterior e queda de 57% quando comparado ao último trimestre, justificado principalmente por eventos pontuais, tanto no 1T23 quanto no 2T23.

As receitas totais de prestação de serviços tiveram crescimento de 2% quando comparado ao último trimestre explicados principalmente por crescimento nas linhas de Mercados de Capitais, além de melhorias nas linhas de Cartões (maior faturamento observado no período) e Seguros (maior venda de produtos relacionados a seguro vida). Em Outras Receitas (Despesas Operacionais crescimento nas linhas, principalmente por evento pontual relacionadas às ações judiciais de PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), além de piora observadas nas linhas de contingências.

As despesas gerais atingiram R\$ 5.629 milhões no 2T23, crescimento de 3,6% no trimestre. Esta variação é justificada principalmente por gastos gerais (destaque para maiores despesas de consultoria, call center e honorários) além de amortizações de software e hardware. O índice de eficiência foi de 42,9% no 2T23 com crescimento de 2,0 p.p. no trimestre e +8,9 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Seguimos comprometidos na busca constante por eficiência, com uma abordagem omni-canal, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1S23	1S22	variação anual %	2T23	1T23	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	49.301,5	42.399,6	16,3	22.307,9	26.993,7	(17,4)
Despesas da Intermediação Financeira	(37.843,5)	(25.915,8)	46,0	(13.142,8)	(24.700,7)	(46,8)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	11.458,1	16.483,8	(30,5)	9.165,0	2.293,0	299,7
Outras Receitas (Despesas Operacionais (b))	(8.303,7)	(5.551,2)	49,6	(8.066,0)	(237,7)	3.293,2
Resultado Operacional	3.154,3	10.932,6	(71,1)	1.099,0	2.055,3	(46,5)
Resultado não Operacional	1.208,6	416,3	190,3	1.127,9	80,7	1.297,8

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1S23	1S22	variação anual %	2T23	1T23	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.363,0	11.348,9	(61,6)	2.227,0	2.136,0	4,3
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	913,4	(2.288,5)	(139,9)	400,6	512,8	(21,9)
Participações no Lucro	(1.014,2)	(1.039,1)	(2,4)	(455,3)	(558,9)	(18,5)
Participações dos Acionistas Minoritários	(51,9)	(98,7)	(47,4)	(24,8)	(27,1)	(8,4)
Lucro Líquido Societário	4.210,3	7.922,7	(46,9)	2.147,5	2.062,8	4,1

O retorno do semestre anualizado tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 10,16% (19,56% em 30 de junho de 2022).

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Jun/23	Dez/22	variação anual %
Ativo Circulante e Não Circulante	1.082.521,9	1.034.164,2	4,7
Permanente	14.194,6	14.353,7	(1,1)
Total do Ativo	1.096.716,5	1.048.517,9	4,6
Passivo Circulante e Não Circulante	1.011.399,9	965.102,7	4,8
Participação dos Acionistas Minoritários	1.279,2	1.353,3	(5,5)
Patrimônio Líquido	84.037,4	82.061,9	2,4
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.096.716,5	1.048.517,9	4,6

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de Junho de 2023, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 2,4% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do período no montante de R\$ 4.210 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$ 1.210 milhões e do pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 3.200 milhões. Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina as instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Segundos as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Jun/23	Dez/22
Patrimônio de Referência Nível I	78.891,4	75.943,7
Capital Principal	72.686,5	69.229,0
Capital Complementar	6.205,0	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II	13.078,4	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	91.969,8	89.053,5
Risco de Crédito	591.586,4	559.230,6
Risco de Mercado	34.693,8	19.332,1
Risco Operacional	56.759,7	60.073,2
Total de RWA	683.039,9	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	11,55	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	10,64	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,46	13,94

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	58.254,6	40.457,2	1.121,6	54.549,1	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.513,4	10.758,5	354,5	2.960,8	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	18.653,3	5.999,2	1.478,8	-	100,0%
Esfere Fidelidade S.A.	3.826,3	1.332,4	406,9	-	100,0%
Retorn Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.217,0	6.488,4	461,1	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander. Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (RAS - Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor

responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disso, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção análise independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2023.

7. Pessoas

Em nossa empresa seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que desejamos ser. Esse é o motivo de investirmos em cada um dos 55.171 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa - a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

Nossa empresa apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

Em janeiro realizamos mais uma edição do Santander Star, um programa de reconhecimento não financeiro que premia projetos transformadores dos nossos colaboradores nas categorias Atendimento, Resultado, Inovação, Risk Pro e Melhor Loja.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas. No mês de março, realizamos a Live Dia da Mulher - #ICompertênciaNaoTemGenero com a participação de nossas Conselheiras e das Vice-presidentes de Varejo e Pessoas. Foi um bate papo inspirador sobre os desafios e aprendizados em suas carreiras.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. No Dia do Consumidor (15/03), realizamos nosso primeiro Workshop de Clientes para toda a liderança do Santander Brasil. Nesse encontro reforçamos nosso compromisso de que o cliente está sempre no centro.

8. Sustentabilidade

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis e apoiar nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

Ambiental

No acumulado do ano, viabilizamos R\$8,04 Bi em negócios sustentáveis, entre títulos verdes, Project Finance e produtos voltados ao agronegócio e ao microcrédito, por exemplo, em um movimento setorial, apoiamos a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos - na criação de um normativo de autorregulação para a cadeia de carne bovina. O regulamento estabeleceu um protocolo comum para a gestão do risco de desmatamento ilegal na Amazônia e no Maranhão nas operações de crédito com frigoríficos. Essa prática já faz parte das atividades de engajamento para cumprirmos a agenda do Plano Amazônia (definido em conjunto com Bradesco e Itau) que tem, entre outras metas, o desmatamento ilegal zero junto a clientes da cadeia da carne até 2025.

Em junho aderimos à Aliança pela Mobilidade Sustentável, iniciativa da empresa 99, em parceria com grandes nomes do mercado de mobilidade no Brasil, com o intuito de transformar a mobilidade urbana, colocando mais veículos elétricos e híbridos nas ruas. A iniciativa contempla desde a discussão de formas para impulsionar toda a infraestrutura necessária à eletrificação da frota brasileira à criação de postos públicos de recarga e a diminuição das barreiras para a aquisição de carros elétricos.

Social

Em maio, promovemos nossa campanha do agasalho e, com a ajuda de mais de 1.100 colaboradores, arrecadamos mais de 4.100 roupas e agasalhos e cerca de 2 mil cobertores. Esses itens vão beneficiar mais de 3.700 pessoas atendidas por nove organizações em todo o país.

Governança

As participações de mulheres e de membros independentes no Conselho de Administração se mantiveram em 36% e em 55%, respectivamente.

Publicamos o nosso Relatório Anual Integrado 2022, no qual mostramos as nossas principais entregas do ano nos aspectos ESG com suas conexões com os resultados do negócio.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 25/07/2023).

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas		Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo						
Circulante e Não Circulante	1.024.036.240	975.112.903	1.082.521.941	1.034.164.223		
Disponibilidades	4	11.825.127	14.352.187	11.828.456	14.420.204	
Instrumentos Financeiros	907.802.949	862.134.892	954.044.394	906.281.308		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	121.762.369	112.661.785	79.468.894	69.677.251	
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	222.015.711	185.906.957	243.659.514	206.243.602	
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	36.148.353	26.616.650	29.815.007	21.115.580	
Operações de Crédito	8	345.731.500	343.372.638	415.231.655	411.414.378	
Outros Ativos Financeiros	10	182.145.016	195.576.862	185.869.324	197.830.497	
Operações de Arrendamento Mercantil				2.988.385	2.920.719	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito						

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Lucro Líquido do Período	4.183.024	7.776.385	4.210.291	7.922.689
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	1.256.513	(1.318.082)	1.210.054	(1.420.653)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	813.319	(800.766)	766.860	(903.337)
Próprios	1.329.438	(1.275.723)	1.390.183	(1.590.165)
De Ligada	111.228	(120.570)	-	-
Impostos	(627.347)	595.525	(623.323)	686.827
Hedge de Fluxo de Caixa	443.194	(517.316)	443.194	(517.316)
Próprios	845.104	(749.013)	845.104	(873.528)
De Ligada	-	(124.515)	-	-
Impostos	(401.910)	356.212	(401.910)	356.212
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(422.564)	136.042	(422.564)	136.042
Plano de Benefícios	(422.564)	136.042	(422.564)	136.042
Próprios	(697.820)	322.083	(697.820)	322.083
Impostos	275.256	(186.041)	275.256	(186.041)
Resultado Abrangente do Período	5.016.973	6.594.345	4.997.781	6.638.078
Atribuível à controladora	-	-	4.945.859	6.539.362
Atribuível aos Acionistas Minoritários	-	-	51.922	98.716
Total	5.016.973	6.594.345	4.997.781	6.638.078

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Atividades Operacionais		4.183.024	7.776.385	4.210.291	7.922.689
Lucro Líquido		35.197.517	43.252.592	40.416.856	47.875.044
Ajustes ao Lucro Líquido		8.e	13.532.876	9.049.271	15.514.161
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20.c	(317.599)	679.541	(2.317.739)	881.828
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		-	-	-	-
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	259.566	391.611	275.814	462.326
Tributos Diferidos		(3.910.788)	155.461	(3.152.671)	23.461
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	(4.472.224)	(2.454.165)	(81.527)	(43.400)
Depreciações e Amortizações	25	1.531.166	1.383.415	1.658.240	1.474.746
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(2.009)	(3.957)	(21.361)	(19.134)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(15.578)	(50.628)	(22.516)	(32.471)
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(288.212)	(244.928)	(36.014.570)	(301.314)
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas	19.a	112.378	(10.283)	112.378	(10.283)
Atualização de Impostos a Compensar	26	(255.265)	(180.217)	(280.121)	(276.717)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(448.188)	(983)	(448.188)	(983)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		29.443.558	34.517.159	29.443.558	34.517.159
Outros		27.836	21.295	79.759	279.326
Variações em Ativos e Passivos		(45.812.797)	(56.604.100)	(42.635.828)	(75.724.348)
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		611.213	(3.697.314)	66.571	(7.400.668)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(30.913.723)	6.228.674	(37.097.864)	4.393.567
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(12.315.648)	(11.532.873)	(15.750.814)	(13.493.797)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		734.522	(482.338)	734.522	(454.876)
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.296.628)	2.470.793	(4.294.056)	2.508.737
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		37.481.551	27.112.214	36.014.570	27.059.470
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(518.148)	(864.180)	(585.507)	(906.628)
Redução (aumento) em Outros Ativos		(4.419.687)	3.080.106	1.141.684	1.690.462
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(655.898)	(984.433)	(909.205)	(1.661.773)
Varição líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(1.594.105)	(3.492.161)	(1.600.370)	(3.471.454)
Aumento (redução) em Depósitos		19.410.289	9.058.690	18.367.860	11.467.502
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		6.324.605	3.494.118	2.788.776	(5.543.621)
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(5.181.342)	(3.576.025)	(5.193.003)	(3.557.715)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(55.078.041)	(56.805.180)	(53.720.761)	(56.702.398)
Aumento (redução) em Outros Passivos		4.389.928	(26.397.067)	14.927.882	(29.175.228)
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		398.922	474.750	5.034.774	2.092.233
Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(360.501)	-	(382.255)
Imposto Pago		(190.607)	(331.373)	(2.560.887)	(2.185.906)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(6.432.256)	(5.575.123)	1.991.319	(19.926.615)
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		(49.200)	(10.600.000)	-	-
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(163)	(365.108)	(5.054)	(395.316)
Aquisição de Outros Investimentos		-	(33)	(10)	(1.582)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(560.786)	(365.937)	(624.643)	(441.107)
Aplicações e Alienações no Intangível		(1.004.738)	(482.409)	(1.050.353)	(662.213)
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		-	38.491	135.356	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		715.799	285.331	81.265	40.548
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		159.613	318.439	223.798	327.520
Alienação de Imobilizado de Uso	15	73.326	514.856	121.701	538.237
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(666.149)	(10.656.370)	(1.117.940)	(593.913)
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienações de Ações de Emissão Própria	21.d	116.281	(410.024)	116.281	(410.024)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		63.662.083	39.880.014	64.374.017	46.980.649
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(47.451.452)	(2.711.601)	(55.554.669)	(5.999.778)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.491.958)	(4.272.323)	(2.991.330)	(4.302.821)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	-	61.794
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		13.834.954	32.486.066	5.944.899	36.329.820
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		448.188	983	448.188	983
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		7.184.737	16.255.556	7.266.466	15.810.275
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	50.767.409	34.297.636	49.938.071	33.650.339
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	57.952.146	50.553.192	57.204.537	49.460.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado					
		01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022				
Receitas da Intermediação Financeira		42.873.602	37.482.298	49.301.544	42.399.620				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	7.690.049	7.762.344	9.509.496	9.499.106				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(13.532.876)	(9.049.271)	(15.514.161)	(10.920.500)				
Outras Receitas e Despesas		(3.157.532)	(1.960.324)	(3.121.777)	(2.038.362)				
Despesas da Intermediação Financeira		(21.743.352)	(17.026.490)	(18.655.925)	(15.992.041)				
Insumos de Terceiros		(4.963.893)	(4.352.905)	(4.422.593)	(4.325.963)				
Material, Energia e Outros		(142.207)	(181.538)	(150.102)	(194.907)				
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.590.918)	(1.163.206)	(1.259.904)	(1.150.924)				
Avaliação do Valor Recuperável		-	-	-	-				
Outros		(3.230.768)	(3.008.161)	(3.012.587)	(2.980.132)				
Valor Adicionado Bruto		7.165.998	12.855.652	17.096.584	18.621.860				
Retenções		-	-	-	-				
Depreciações e Amortizações	25	(1.531.166)	(1.383.415)	(1.658.240)	(1.474.746)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		5.634.832	11.472.237	15.438.344	17.147.114				
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	4.472.224	2.454.165	81.527	43.400				
Valor Adicionado Total a Distribuir		10.107.056	13.926.402	15.519.871	17.190.514				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		4.142.346	41,0%	3.653.660	26,3%	5.542.702	35,7%	4.339.926	25,2%
Remuneração	24	2.049.322	1.910.919	2.659.121	2.228.729				
Benefícios	24	564.801	591.128	804.391	791.426				
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		186.404	196.765	210.359	248.622				
Outras		1.341.819	954.848	1.868.831	1.071.149				
Impostos, Taxas e Contribuições		1.340.538	13,2%	2.053.982	14,7%	5.263.875	33,9%	4.381.121	25,5%
Federais		1.001.464	1.694.157	4.810.651	3.921.506				
Estaduais		219	280	299	427				
Municipais		338.855	359.545	452.925	459.187				
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	441.148	4,4%	442.375	3,2%	451.081	2,9%	448.062	2,6%
Remuneração de Capitais Próprios		4.183.024	41,4%	7.776.385	55,8%	4.262.213	27,5%	8.021.405	46,7%
Dividendos	21.b	-	-	-	-				
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	3.200.000	2.700.000	3.200.000	2.700.000				
Reinvestimentos de Lucros		983.024	3.076.385	1.114.135	3.420.121				
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	(51.922)	(98.716)				
Total		10.107.056	100,0%	13.926.402	100,0%	15.519.871	100,0%	17.190.514	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
			Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	387.537	5.270.647	22.683.745	(388.281)	(472.315)	(2.924.223)	78.844.071
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	136.042	136.042
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	(410.024)	(410.024)
Resultado com Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	18.496
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	-	-	-	-	-	-	(31.815)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.072.998)	(245.084)	-	(1.318.082)
Dividendos Prescritos		-	-	-	30.510	-	-	-	30.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.776.385
Destinações:									
Reserva Legal	21.c	-	-	368.820	-	-	-	(388.820)	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(1.300.000)	-	-	(700.000)	(2.000.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	(2.700.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-			

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre final em 30 de junho de 2023, foram divulgadas simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação. As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com convertibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recomprou

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. E demonstra pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualizada através da Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituída.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando a entrega do valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Como o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Como o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo com os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente,

o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção a aqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de convertibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer constituição.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impretadas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as aliquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A aliquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas aliquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 32.h

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

		Banco	
30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
11.825.127	14.352.187	10.091.602	16.361.758
46.127.019	36.415.222	40.461.590	17.935.878
35.934.996	27.344.519	29.618.110	15.055.356
1.009.250	1.241.815	2.661.493	1.655.705
9.182.773	7.828.888	8.181.987	1.224.817
57.952.146	50.767.409	50.553.192	34.297.636

		Consolidado	
30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
11.828.456	14.420.204	10.119.817	16.386.974
45.376.081	35.517.867	39.340.797	17.263.365
35.934.996	27.344.519	29.618.110	15.055.356
258.312	344.460	1.540.700	983.192
9.182.773	7.828.888	8.181.987	1.224.817
57.204.537	49.938.071	49.460.814	33.650.339

As informações relativas a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

		Banco	
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2023	31/12/2022
65.310.279	-	65.310.279	57.000.534
6.485.077	-	6.485.077	2.758.972
1.661.516	-	1.661.516	149.081
4.605.549	-	4.605.549	720.569
218.012	-	218.012	1.889.322
35.347.582	-	35.347.582	32.092.796
8.848.291	-	8.848.291	2.372

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado									
	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento		30/06/2023			Total
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Títulos para Negociação	70.665.830	1.481.784	72.147.614	60.605.553	-	11.028.438	1.298.916	11.535.793	48.284.467	72.147.614
Títulos Públicos	15.789.670	164.365	15.954.035	12.076.268	-	7.707.334	582.032	4.575.859	3.088.810	15.954.035
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.591.787	931.048	10.522.835	8.254.073	-	3.004.826	458.202	2.356.651	4.703.156	10.522.835
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	44.979.232	386.397	45.365.629	40.215.693	-	26.604	250.426	4.597.838	40.490.761	45.365.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.070	16	16.086	19.304	-	1.011	8.253	5.445	1.377	16.086
Títulos da Dívida Agrária - TDA	322	44	366	410	-	-	3	-	363	366
Títulos da Dívida Externa Brasileira										
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	288.749	(86)	288.663	39.805	-	288.663	-	-	-	288.663
Títulos Privados	8.139.518	(33.798)	8.105.720	5.781.792	2.790.615	204.854	11.096	61.763	5.037.392	8.105.720
Ações	1.798.915	90.224	1.889.139	1.437.248	1.889.139	-	-	-	-	1.889.139
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	40	-	40	4	40	-	-	-	-	40
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	740.036	(20.085)	719.951	910.411	-	2.780	6.495	21.849	688.827	719.951
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	547.762	(3.493)	544.269	891.315	-	-	-	119	544.150	544.269
Cotas de Fundos de Investimento	889.224	61.726	950.950	860.408	901.436	-	-	-	49.514	950.950
Eurobonds	5.806	6.884	46.490	-	-	-	-	966	45.524	46.490
Letras Financeiras - LF	5.081	82	5.163	-	-	-	-	1.270	3.893	5.163
Debêntures	3.930.264	(178.335)	3.751.929	1.480.117	-	4.285	4.601	37.559	3.705.484	3.751.929
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	188.390	9.399	197.789	202.289	-	197.789	-	-	-	197.789
Total	78.805.348	1.447.986	80.253.334	68.387.345	2.790.615	11.233.292	1.310.012	11.597.556	53.321.859	80.253.334

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco									
	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento		30/06/2023			Total
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Títulos Disponíveis para Venda	60.986.831	369.284	(215.701)	61.140.414	52.151.074	-	2.319.228	15.947.631	22.771.620	20.101.935
Títulos Públicos	11	-	(11)	61.140.414	52.151.074	-	-	-	-	61.140.414
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.598.746	-	65.878	22.664.624	29.476.264	-	4.866	715.163	12.409.533	9.535.062
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.368.468	369.284	-	9.737.752	7.051.350	-	-	-	8.617.320	1.120.432
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.266.207	-	(472.111)	11.794.096	11.135.351	-	-	1.557.827	1.479.844	8.756.425
Títulos da Dívida Externa Brasileira	954.939	-	-	954.939	1.033.051	-	-	-	264.923	690.016
Títulos da Dívida Externa Espanhola	13.483.864	-	190.777	13.674.641	1.093.056	-	-	13.674.641	-	13.674.641
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.314.596	-	(234)	2.314.362	2.362.002	-	-	2.314.362	-	2.314.362
Títulos Privados	63.738.384	59	1.089.402	64.827.845	51.736.747	1.487.742	2.774.645	13.438.146	23.833.987	23.293.325
Ações	6	-	-	6	47	6	-	-	-	6
Cédula de Produto Rural - CPR	24.552.329	-	(273.491)	24.278.838	16.987.797	-	2.150.013	10.492.924	8.508.759	3.127.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	158.840	-	798	159.638	206.595	-	-	-	88.110	71.528
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.276	-	(411)	1.865	1.678	-	-	-	-	1.865
Cotas de Fundos de Investimento	1.487.736	-	-	1.487.736	1.625.851	1.487.736	-	-	-	1.487.736
Debêntures	31.913.727	59	1.298.454	33.212.240	27.082.661	-	317.833	2.091.975	11.434.113	19.368.319
Eurobonds	3.054.445	-	68.860	3.123.305	3.325.037	-	-	3.008.939	114.366	3.123.305
Nota Comercial	954.381	-	(457)	953.924	299.779	-	52.584	72.932	365.083	463.325
Notas Promissórias - NP	1.614.644	-	(4.351)	1.610.293	2.207.302	-	254.215	780.315	428.983	146.780
Total	124.725.215	369.343	873.701	125.968.259	103.887.821	1.487.742	5.093.873	29.385.777	46.605.607	43.395.260

	Consolidado									
	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento		30/06/2023			Total
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Títulos Disponíveis para Venda	71.026.104	369.284	(753.958)	70.641.430	61.252.804	-	5.881.677	17.138.069	24.994.275	22.627.409
Títulos Públicos	11	-	(11)	70.641.430	61.252.804	-	-	-	-	70.641.430
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.883.913	-	66.401	27.950.314	34.371.042	-	3.008.832	1.048.803	14.121.031	9.771.648
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.978.461	369.284	(15.405)	11.332.340	8.647.920	-	558.483	856.798	8.796.627	1.120.432
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.410.320	-	(995.486)	14.414.834	13.745.733	-	-	1.557.827	1.811.694	11.045.313
Títulos da Dívida Externa Brasileira	954.939	-	-	954.939	1.033.051	-	-	-	264.923	690.016
Títulos da Dívida Externa Espanhola	13.483.864	-	190.777	13.674.641	1.093.056	-	-	13.674.641	-	13.674.641
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.314.596	-	(234)	2.314.362	2.362.002	-	-	2.314.362	-	2.314.362
Títulos Privados	64.499.547	59	1.011.009	65.510.615	52.848.736	1.191.383	3.413.866	13.439.125	24.077.153	23.389.088
Ações	6	-	-	6	47	6	-	-	-	6
Cédula de Produto Rural - CPR	24.552.329	-	(273.491)	24.278.838	16.987.797	-	2.150.013	10.492.924	8.508.759	3.127.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	158.840	-	798	159.638	206.595	-	-	-	88.110	71.528
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.276	-	(411)	1.865	1.678	-	-	-	-	1.865
Cotas de Fundos de Investimento	1.487.736	-	-	1.487.736	1.625.851	1.487.736	-	-	-	1.487.736
Debêntures	32.969.717	59	1.220.608	34.190.384	28.593.266	-	957.054	2.091.975	11.677.273	34.190.384
Eurobonds	3.054.445	-	68.860	3.123.305	3.325.037	-	-	3.008.939	114.366	3.123.305
Nota Comercial	954.381	-	(457)	953.924	299.779	-	52.584	72.932	365.083	463.325
Notas Promissórias - NP	1.614.644	-	(4.351)	1.610.293	2.207.302	-	254.215	780.315	428.983	146.780
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	778	-	-	778	3.736	-	-	772	6	778
Certificado de Operações Estruturadas - COE	207	-	-	207	-	-	-	207	-	207
Total	135.525.651	369.343	257.051	136.152.045	114.101.540	1.191.383	9.295.543	30.577.194	49.071.428	46.016.497

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco									
	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento		30/06/2023			Total
	Valor do Custo Amortizado	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos				
Títulos Mantidos até o Vencimento	27.254.135	25.754.717	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135	-	-	-
Títulos Públicos	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.461.734	9.834.070	-	10.461.734	-	-	10.461.734	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.281.528	4.641.025	-	4.091.206	-	-	190.322	4.281.528	-	-
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	14.067	7.016	-	-	-	-	14.067	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.714.891	2.597.257	-	2.714.891	-	-	2.714.891	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Espanhola	2.482.401	-	-	2.482.401	-	-	2.482.401	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.299.514	8.534.213	1.337.119	-	-	-	5.009.508	952.887	7.299.514	-
Títulos Privados	-	141.136	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	141.136	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	27.254.135	25.754.717	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135	-	-	-

	Consolidado									
	30/06/2023		31/12/2022		Abertura por Vencimento		30/06/2023			Total
	Valor do Custo Amortizado	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos				
Títulos Mantidos até o Vencimento	27.254.135	25.754.717	1.337.119	17.267.831	7.491.909	1.157.276	27.254.135	-	-	-
Títulos Públicos	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	1.337.119	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.461.734	9.834.070	-	10.461.734	-	-	10.461.734	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.281.528	4.641.025	-	4.091.206	-	-	190.322	4.281.528	-	-
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	14.067	7.016								

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

- O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:
 - Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
 - O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para SOFR + Cupom.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IVII) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	Banco					
	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor Contábil		Notional	Valor Contábil		Notional
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842
Hedge de Operações de Crédito	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842
Contratos de Futuros	34.353.228	31.412.119	32.554.514	31.236.653	28.707.196	29.882.753
Hedge de Operações de Crédito	11.891.759	10.361.578	12.559.292	10.090.352	13.597.509	12.137.751
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.367.472	10.012.044	9.948.262	10.272.421	3.178.926	3.971.751
Hedge de Captações	12.093.997	11.038.497	10.046.960	10.873.880	11.930.761	13.773.251
Hedge de Fluxo de Caixa	Contratos de Swap	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500	8.769.442
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.917.772	10.491.509	12.406.252	10.259.500	8.769.442	8.407.308
Contratos de Futuros	9.049.479	11.007.814	12.029.805	10.490.973	36.410.187	33.587.086
Hedge de Operações de Crédito	1.817.193	2.323.056	2.657.269	2.309.812	14.899.280	14.094.417
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.732.245	8.194.936	8.970.134	7.752.640	11.518.806	8.041.167
Hedge de Captações	500.041	489.822	402.402	428.521	9.992.101	11.451.502

Estratégias	Consolidado					
	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor Contábil		Notional	Valor Contábil		Notional
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842
Hedge de Operações de Crédito	346.520	397.249	321.869	346.520	436.812	485.842
Contratos de Futuros	34.353.228	31.412.119	32.554.514	31.236.653	28.707.196	29.882.753
Hedge de Operações de Crédito	11.891.759	10.361.578	12.559.292	10.090.352	13.597.509	12.137.751
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.367.472	10.012.044	9.948.262	10.272.421	3.178.926	3.971.751
Hedge de Captações	12.093.997	11.038.497	10.046.960	10.873.880	11.930.761	13.773.251
Hedge de Fluxo de Caixa	Contratos de Swap	17.505.165	15.023.066	17.119.489	14.736.005	14.172.916
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	17.505.165	15.023.066	17.119.489	14.736.005	14.172.916	14.193.938
Hedge de Captações	5.587.393	4.531.557	4.713.237	4.476.505	5.403.474	4.759.805
Contratos de Futuros	9.049.479	11.007.814	12.029.805	10.490.973	36.410.187	33.587.086
Hedge de Operações de Crédito	1.817.193	2.323.056	2.657.269	2.309.812	14.899.280	14.094.417
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.732.245	8.194.936	8.970.134	7.752.640	11.518.806	8.041.167
Hedge de Captações	500.041	489.822	402.402	428.521	9.992.101	11.451.502

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Estratégias	Banco						Consolidado					
	30/06/2023			31/12/2022			30/06/2023			31/12/2022		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total		
Hedge de Risco de Mercado	-	-	346.520	346.520	437.702	-	-	346.520	346.520	437.702		
Contratos de Swap	-	-	346.520	346.520	437.702	-	-	346.520	346.520	437.702		
Hedge de Operações de Crédito	-	-	346.520	346.520	437.702	-	-	346.520	346.520	437.702		
Contratos de Futuros	2.574.945	5.272.369	23.389.339	31.236.653	26.202.454	2.574.945	5.272.369	23.389.339	31.236.653	26.202.454		
Hedge de Operações de Crédito	2.423.522	4.983.801	2.683.029	10.090.352	11.451.502	2.423.522	4.983.801	2.683.029	10.090.352	11.451.502		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.272.421	10.272.421	3.971.751	-	-	10.272.421	10.272.421	3.971.751		
Hedge de Captações	151.423	288.568	10.433.889	10.873.880	10.597.201	151.423	288.568	10.433.889	10.873.880	10.597.201		

Estratégias	Banco						Consolidado					
	30/06/2023			31/12/2022			30/06/2023			31/12/2022		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total		
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389	256.950	481.700	13.997.355	14.736.005	13.617.194		
Contratos de Swap	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389	256.950	481.700	13.997.355	14.736.005	13.617.194		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389		
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	256.950	481.700	3.737.855	4.476.505	4.759.805		
Contratos de Futuros	-	-	10.490.973	10.490.973	33.760.130	-	-	10.490.973	10.490.973	33.760.130		
Hedge de Operações de Crédito	-	-	2.309.812	2.309.812	14.039.535	-	-	2.309.812	2.309.812	14.039.535		
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.752.640	7.752.640	8.269.437	-	-	7.752.640	7.752.640	8.269.437		
Hedge de Captações	-	-	428.521	428.521	11.451.502	-	-	428.521	428.521	11.451.502		

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$41.339 (31/12/2022 - R\$80.847) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$41.001 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps - CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos						Banco					
		30/06/2023			31/12/2022			30/06/2023			31/12/2022		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	0,0%	186.520.632	-	186.520.632	-	-	182.891.334	-	182.891.334	-	-	182.891.334	-
A	0,5%	116.801.187	-	116.801.187	583.006	6	583.012	111.655.015	-	111.655.015	558.275	6	558.281
B	1,0%	33.079.075	3.396.765	36.475.840	364.758	203	364.961	33.944.746	2.713.488	36.658.234	366.582	209	366.791
C	3,0%	29.187.838	2.833.383	32.021.221	960.637	1.735	962.372	28.690.898	2.437.240	31.128.138	933.844	1.831	935.675
D	10,0%	13.236.077	3.552.101	16.788.178	1.678.818	113.563	1.792.381	13.414.768	3.670.370	17.085.138	1.708.514	104.986	1.813.500
E	30,0%	3.478.538	2.285.789	5.764.327	1.729.298	101.897	1.831.195	7.184.838	3.145.705	10.330.543	3.089.163	119.771	3.208.934
F	50,0%	5.813.938	2.306.132	4.060.035	1.096.034	1.096.034	5.156.069	2.633.480	2.645.496	5.278.976	2.639.498	862.240	3.501.728
G	70,0%	2.633.825	2.215.996	4.849.821	3.394.875	1.095.182	4.490.057	2.721.163	2.546.902	5.268.065	3.687.645	1.202.336	4.889.981
H	100,0%	4.857.087	11.198.867	16.055.954	16.055.954	-	16.055.954	4.663.505	10.368.118	15.031.623	15.031.623	-	15.031.623
Total	-	395.408.197	27.789.033	423.197.230	28.827.381	2.408.620	31.236.001	387.799.747	27.527.319	415.327.066	28.025.134	2.291.379	30.316.513
Circulante	-	-	-	-	-	-	10.018.096	23.838.129	-	10.018.096	-	-	9.003.810
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	21.217.905	-	-	21.217.905	-	-	21.312.703

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos						Consolidado					
		30/06/2023			31/12/2022			30/06/2023			31/12/2022		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	0,0%	205.884.303	-	205.884.303	-	-	200.385.215	-	200.385.215	-	-	200.385.215	-
A	0,5%	153.115.698	3.235	153.118.933	765.595	6	765.601	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872
B	1,0%	41.026.739	5.216.716	46.243.455	462.435	203	462.638	41.821.551	4.552.974	46.374.525	463.745	209	463.954
C	3,0%	31.419.389	4.518.539	35.937.928	1.078.138	1.735	1.079.873	30.787.777	4.154.955	34.942.732	1.048.282	1.831	1.050.113
D	10,0%	14.021.035	4.512.605	18.533.640	1.853.364	113.663	1.966.927	14.209.145	4.683.498	18.892.643	1.889.264	104.991	1.994.255
E	30,0%	3.653.526	2.905.341	6.558.867	1.967.660	101.897	2.069.557	7.385.922	3.857.417	11.243.339	3.378.002	119.771	3.497.773
F													

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivo			
Câmbio Vendido a Liquidar	36.826.728	70.558.496	
Obrigações por Compra de Câmbio	39.763.082	26.956.254	
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(8.294.726)	(6.019.522)	
Outros	120	129	
Total	68.295.204	91.495.357	
Contas de Compensação			
Créditos Abertos para Importação	1.856.006	2.245.328	
Créditos de Exportação Confirmados	69.951	48.883	

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Carteira de Câmbio (Nota 9)	75.452.090	96.859.678	75.452.090	96.859.678
Negociação e Intermediação de Valores	2.630.443	3.026.543	2.630.443	3.026.543
Relações Interfinanceiras	102.695.229	95.324.074	102.695.229	95.324.074
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a)	1.367.254	366.567	1.367.254	366.567
Total	182.145.016	195.576.862	182.145.016	195.576.862
Circulante	176.760.738	188.955.414	176.760.738	188.955.414
Não Circulante	5.384.278	6.621.448	5.384.278	6.621.448

Carteira de Câmbio (Nota 9)

Negociação e Intermediação de Valores
Relações Interfinanceiras
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a)

Total
Circulante
Não Circulante

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	632.678	1.041.678	2.556.358	2.355.283
Caixas de Registro e Liquidação	200	825	135.688	155.875
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	305.855	44.359	1.324.631	208.731
Bolsas - Depósitos em Garantia	475.946	788.772	481.599	794.071
Outros (1)	1.215.764	1.150.909	1.320.433	1.226.608
Total	2.630.443	3.026.543	5.818.709	4.740.568
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.562.129	184.518	2.206.391	604.413
Credores - Conta Liquidações Pendentes	8.411	8.891	1.012.131	456.675
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	812.190	262.299
Caixas de Registro e Liquidação	5	5	27.950	10.027
Comissões e Corretagens a Pagar	4.202	3.150	6.970	5.006
Outros	24.784	-	24.785	4.338
Total	1.599.531	196.559	4.090.417	1.342.758

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	39.238.065	36.197.741	44.603.728	41.433.846
Imposto de Renda a Recuperar	-	-	-	123
Impostos e Contribuições a Compensar	7.862.111	6.950.948	9.004.360	7.814.911
Total	47.100.176	43.148.689	53.608.088	49.248.880
Circulante	1.156.216	1.665.246	1.838.898	2.058.938
Não Circulante	45.943.960	41.483.443	51.769.190	47.189.942

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	Saldo em	30/06/2023	31/12/2022	Constituição	Realização
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	49.990.131	41.051.027	18.472.962	5.462.114	(1.439.518)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.056.280	3.046.138	1.370.762	255.223	(250.659)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.054.967	4.071.755	1.815.991	96.284	(987.540)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.629.668	5.705.662	2.567.549	658.548	(692.745)
Ágio	103.507	104.996	47.249	-	(670)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.695.142	4.109.331	970.505	1.141.510	(323.639)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	2.451.241	3.852.868	1.832.327	96.920	(763.499)
Provisão para Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.343.422	807.816	363.516	300.068	(59.045)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	911.522	1.371.650	582.579	366.161	(550.902)
Outras Provisões Temporárias (3)	5.942.315	6.586.452	2.886.278	414.844	(705.236)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	77.178.195	70.707.695	30.909.718	8.791.672	(5.773.453)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.089.732	11.991.403	5.288.023	22.105	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	89.267.927	82.699.098	36.197.741	8.813.777	(5.773.453)

	Origens			Banco	
	Saldo em	30/06/2023	31/12/2022	Constituição	Realização
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	55.926.833	46.424.164	20.656.715	6.310.528	(2.049.819)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.282.997	3.269.192	1.459.604	286.011	(279.862)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.262.878	6.537.257	2.787.152	578.797	(2.353.715)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.974.516	6.061.942	2.702.131	699.182	(738.646)
Ágio	103.507	104.996	47.248	-	(670)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.944.557	5.907.702	1.641.599	8.980.052	(7.253.733)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.096.422	4.671.260	2.176.546	133.771	(868.929)
Provisão para Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.349.368	813.783	365.546	300.067	(59.052)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.121.096	1.655.350	678.108	455.604	(677.964)
Outras Provisões Temporárias (3)	6.784.437	7.889.600	3.397.160	539.988	(1.033.514)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	89.846.611	83.335.246	35.912.809	18.284.000	(15.315.904)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.545.232	12.193.732	5.521.037	202.055	(269)
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	102.391.843	95.528.978	41.433.846	18.486.055	(15.316.173)

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2023, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$90.050 (31/12/2022 - R\$100.042) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Banco				
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Registrados
2023	2.806.434	2.257.045	37.881	678.536	5.779.896
2024	5.879.518	4.732.842	75.761	59.742	10.747.863
2025	5.771.985	4.638.420	75.761	171.156	10.657.322
2026	3.055.164	2.454.542	75.761	-	5.585.467
2027	518.723	414.968	75.761	-	1.009.452
2028 a 2032	538.059	430.442	37.881	4.400.694	5.407.076
Até 2033	28.327	22.662	-	-	50.989
Total	18.598.210	14.950.921	378.806	5.310.128	39.238.065

Ano	Banco				
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Registrados
2023	3.250.825	2.503.442	59.741	782.238	6.596.246
2024	6.746.367	5.215.410	119.482	194.617	12.275.876
2025	6.638.894	5.111.488	119.482	254.202	12.124.066
2026	3.593.092	2.743.497	118.844	57.597	6.513.030
2027	766.030	514.323	118.206	9.930	1.408.489
2028 a 2032	664.927	486.662	59.103	4.424.239	5.634.931
Até 2033	28.402	22.688	-	-	51.090
Total	21.688.537	16.597.510	594.858	5.722.823	44.603.728

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$32.104.769 (31/12/2022 - R\$30.133.710) no Banco e R\$36.606.807 (31/12/2022 - R\$34.736.464) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Passivos Fiscais Diferidos	3.491.265	3.332.472	5.740.251	4.882.782
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	75.153	276.153	828.595	1.400.466
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.117.366	708.051	4.085.036	1.039.278
Total	4.683.784	4.316.676	10.653.882	7.322.526
Circulante	1.039.055	944.975	4.783.702	2.399.755
Não Circulante	3.644.729	3.371.701	5.870.180	4.922.771

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683.288 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 19.e e 27)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	Saldo em	30/06/2023	31/12/2022	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.561.318	5.032.922	2.393.531	4.693.878	(4.918.161)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.496.546	1.731.899	827.118	418.562	(55.884)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.295	21.335	5.334	-	(10)
Outros	282.404	237.053	106.489	20.408	-
Total	7.361.563	7.023.209	3.332.472	5.132.848	(4.974.055)

	Origens			Banco	
	Saldo em	30/06/2023	31/12/2022	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.306.191	7.119.023	3.166.392	5.839.617	(5.088.496)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.532.295	2.335.569	1.101.585	419.130	(314.030)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.729.413	1.610.971	402.743	47.539	(17.928)
Outros	431.480	503.655	212.062	21.772	(50.135)
Total	13.999.379	11.569.218	4.882.782	6.328.058	(5.470.589)

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Banco			
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	172.799	137.519	32.819	343.137
2024	345.596	275.039	65.638	686.273
2025	345.596	275.039	65.638	686.273
2026	344.709	275.039	65.638	685.386
2027	343.822	275.039	65.638	684.499
2028 a 2032	203.661	162.852	32.819	399.352
Até 2033	3.530	2.815	-	6.345
Total	1.759.733			

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2023		17. Captações a) Abertura de contas Patrimoniais	30/06/2023		31/12/2022			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Indireta		Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Controladas em Conjunto do Banco Santander												
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%	Depósitos	98.023.944	112.264.583	104.059.417	126.975.485	441.323.429	421.913.140
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%	Depósitos à Vista	40.290.163	-	-	-	40.290.163	35.548.256
Influência Significativa do Banco Santander						Depósitos de Poupança	57.672.059	-	-	-	57.672.059	60.204.483
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%	Depósitos Interfinanceiros	-	2.565.992	1.436.797	110.752	4.113.541	5.800.367
Controladas em Conjunto do Santander Corretora de Seguros						Depósitos a Prazo (1)	61.722	109.698.591	102.622.620	126.864.733	339.247.666	320.360.034
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%	Captações no Mercado Aberto	-	96.017.313	6.471.389	20.804.829	123.293.511	116.968.926
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%	Carteira Própria	-	60.869.731	547.418	20.760	61.237.909	59.542.273
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%	Títulos Públicos	-	42.259.094	452.786	-	42.711.880	42.162.715
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%	Outros	-	18.410.637	94.632	20.760	18.526.029	17.379.558
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	0,00%	16,66%	Carteira de Terceiros	-	35.347.582	-	-	35.347.582	31.905.978
Influência Significativa do Banco Santander Corretora de Seguros						Carteira de Livre Movimentação	-	-	5.923.971	20.784.069	26.708.040	25.520.675
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%	Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	-	19.294.121	49.737.908	99.000.779	168.032.808	147.875.535
Controlada da Webmotors S.A.						Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.044.609	35.247.046	71.430.486	117.722.141	100.444.732
Loop Gestão de Patios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%	Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.953.269	8.708.913	27.427.428	39.089.610	34.139.165
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%	Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	4.499.719	10.691.437	17.397.956	32.589.112	24.045.320
Controlada da TecBan						Letras Financeiras - LF (3)	-	3.591.621	15.846.696	11.920.851	31.359.168	33.713.048
Tbnel Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnel)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%	Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	-	14.684.251	14.684.251	8.547.199
TecBan Serviços Integrados Ltda. (Tecban)	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	7.823.946	13.072.474	19.405.514	40.301.934	40.599.144
Controlada da Tbnel						Certificados de Operações Estruturadas	-	425.566	1.418.388	8.164.779	10.008.733	6.831.659
Tbforre Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforre)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	26.349.751	48.548.702	14.975.152	89.873.605	81.645.558
Fundos de Investimentos Consolidados						Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	25.286.303	45.311.619	6.142.749	76.740.671	67.675.096
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);						Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.741.706	32.785.613	983.567	46.510.886	32.639.215
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);						Outras Linhas de Crédito	-	12.544.597	12.526.006	5.159.182	30.229.785	35.035.881
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);						Obrigações por Repasses do País	-	1.063.448	3.237.083	8.832.403	13.132.934	13.970.462
Santander Fundo de Investimento Uniunã Multimercado Crédito Privado (Santander FI Uninã);						Total	98.023.944	253.925.768	208.817.416	261.756.245	822.523.373	768.403.159
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);						Circulante	98.023.944	253.925.768	208.817.416	-	560.767.128	446.733.535
Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);						Não Circulante	-	-	-	261.756.245	261.756.245	321.669.624
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);												
Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);												
Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);												
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);												
Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;												
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado;												
Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);												
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet (6);												
Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (7); e												
San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (7).												

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
 (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
 (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
 (4) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
 (5) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
 (6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
 (7) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Controladas do Banco Santander	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Santander Leasing	11.113.015	354.494	11.113.015	11.664.349	354.493	325.246
Santander Corretora de Seguros	7.478.028	1.478.835	7.487.849	6.008.296	1.478.835	567.132
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	-	-	-	-	153.607
Aymoré CFI	41.578.818	1.121.581	41.578.818	43.647.927	1.121.581	375.381
Sancap	1.184.311	281.759	1.184.311	1.203.326	281.759	417.759
Santander CCVM	954.476	28.769	954.474	925.557	28.769	66.863
Banco RCI Brasil S.A.	1.288.997	61.082	514.193	568.985	24.366	22.458
Santander Brasil Consórcio	1.755.696	305.971	1.755.696	1.449.725	305.971	227.841
CIP S.A.	2.494.972	294.420	445.852	407.441	52.613	16.832
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	6.949.551	461.137	6.943.876	6.457.613	455.463	-
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	242.965	(21.562)	229.131	264.141	(35.009)	-
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	215.985	17.596	215.985	196.749	17.596	-
Estera Fidelidade S.A.	1.739.378	406.940	1.739.378	1.332.438	406.940	285.898
Outros	1.450.787	(49.796)	1.198.360	1.169.883	(21.153)	(4.852)
Total	78.446.979	4.741.226	75.360.938	75.296.430	4.472.224	2.454.165

Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
TecBan	917.738	(26.226)	174.187	181.216	(4.978)	11.321
Gestora de Crédito	379.369	(18.974)	58.992	61.590	(2.950)	(10.013)
EBP	6.800	90	756	745	10	17
Santander Auto	79.045	19.617	39.523	30.778	9.808	5.311
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.744	237	1.372	1.254	118	(86)
PSA Corretora	3.532	2.452	1.766	540	1.226	204
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	209.450	(3.365)	41.890	42.563	(673)	-
Biomass - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	30.425	426	5.071	-	71	-
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Webmotors S.A.	356.643	87.604	106.993	216.662	26.281	19.813
CIP S.A.	2.494.972	294.420	445.850	407.441	52.614	16.833
Total	4.480.718	356.281	876.400	942.789	81.527	43.400

(1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. vide nota explicativa nº30.

15. Imobilizado de Uso

Imóveis de Uso	30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Terrenos	2.411.132	(974.438)	1.436.694	2.425.172
Edificações	1.786.488	(974.438)	812.050	1.796.034
Outras Imobilizações de Uso	13.896.821	(9.777.444)	4.119.377	13.604.298
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.636.290	(4.032.907)	1.603.383	5.747.634
Sistemas de Processamento de Dados	2.957.570	(1.850.197)	1.107.553	2.537.400
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	4.310.898	(3.225.614)	1.085.284	4.330.347
Sistemas de Segurança e Comunicações	928.228	(640.581)	287.647	919.358
Outras	63.655	(28.145)	35.510	69.559
Total	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071	16.029.470

Imóveis de Uso	30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Terrenos	2.615.812	(1.019.516)	1.596.296	2.711.940
Edificações	1.944.850	(1.019.516)	925.334	2.013.034
Outras Imobilizações de Uso	14.266.300	(9.924.898)	4.341.403	13.923.997
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.708.369	(4.075.247)	1.633.122	5.824.735
Sistemas de Processamento de Dados	3.067.529	(1.866.018)	1.201.511	2.635.567
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	4.468.296	(3.311.365)	1.156.931	4.450.016
Sistemas de Segurança e Comunicações	932.357	(644.095)	288.262	923.401
Outras	89.749	(28.172)	61.577	90.278
Total	16.882.112	(10.944.414)	5.937.698	16.635.937

Saldo no Início do Exercício	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	560.786	-	560.786	365.937
Depreciação	-	(647.615)	-	(614.500)
Baixas	(298.642)	225.316	(73.326)	(278.712)
Transferências	16.340	(12.389)	3.951	23.413
Saldo no Final do Período	16.307.953	(10.751.882)	5.556.071	15.865.952

Saldo no Início do Exercício	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	624.643	-	624.643	441.107
Depreciação	-	(677.019)	-	(626.297)
Baixas	(378.017)	256.316	(121.701)	(295.2

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	553.462	612.844	553.462	612.844
Fornecedores	653.878	588.811	1.276.277	1.000.553
Sociais e Estatutárias	455.613	850.219	472.743	1.062.494
Obrigações com Operações TVM Exterior	-	3.775.387	-	3.775.387
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.862.490	1.949.710
Outras	7.065.652	4.478.017	11.794.035	8.719.931
Total	61.041.795	64.354.508	74.729.917	79.417.513

	30/06/2023	30.260.094	38.398.840	36.571.840
Circulante	25.872.971	30.260.094	38.398.840	36.571.840
Não Circulante	35.168.824	34.094.414	36.331.077	42.845.673

⁽¹⁾ Inclui impactos da variação cambial referentes a Notas.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco/Consolidado		30/06/2023		31/12/2022	
	Saldo	Garantias	Saldo	Garantias	Saldo	Garantias
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias		2.007.798	96.133	2.156.115	27.835	27.835
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras		5.895.438	7.530	6.454.815	7.369	7.369
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias		2.477.586	1.768	1.965.704	-	1.448
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública		300.000	-	-	-	-
Aval ou Avião em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal		12.158.544	312.751	12.188.938	308.422	308.422
Outros Ativos		89.973	1.831	93.919	1.774	1.774
Outras Fianças Bancárias		27.608.092	99.299	23.192.067	60.752	60.752
Outras Garantias Financeiras Prestadas		876.065	6.503	267.886	5.837	5.837
Total	51.413.496	525.815	46.319.444	413.437	413.437	413.437

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado		01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022	
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão ⁽¹⁾	Saldo	Saldo Inicial	Constituição
Saldo Inicial		413.437	324.728	413.437	324.728	324.728
Constituição		138.358	7.079	138.358	138.358	7.079
Reversão ⁽¹⁾		(25.980)	(17.362)	(25.980)	(17.362)	(17.362)
Saldo	525.815	525.815	314.445	525.815	314.445	314.445

⁽¹⁾ Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	5.114.978	4.257.374	5.529.545	4.594.202
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	2.278.198	1.532.949	2.506.936	1.711.146
Ações Trabalhistas	2.836.780	2.724.425	3.022.609	2.883.056
Ações Cíveis	7.402.350	8.398.767	8.138.799	11.316.451
Total	17.421.151	16.713.506	17.197.889	19.705.455

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo Inicial	1.742.151	798.443	307.015	1.416.738
Constituição Líquida de Reversão (2)	1.414.393	1.532.949	2.724.425	4.312.234
Atualização Monetária	76.355	35.449	147.762	107.562
Baixas por Pagamento	(56.507)	(557.793)	(324.084)	(23.095)
Saldo Final (3)	2.287.372	2.278.198	2.836.780	4.579.921
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.739.356	798.090	307.006	1.413.949
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.795	353	9	2.789
Total dos Depósitos em Garantia (4)	1.742.151	798.443	307.015	1.416.738

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo Inicial	6.722.249	1.711.146	2.883.056	6.748.684
Constituição Líquida de Reversão ⁽²⁾	(4.101.201)	1.357.031	426.431	196.666
Atualização Monetária	87.298	38.033	150.483	175.519
Baixas por Pagamento	(99.092)	(599.274)	(437.361)	(41.947)
Saldo Final ⁽²⁾	2.609.254	2.506.936	3.022.609	7.078.921
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.120.278	842.090	315.511	2.707.795
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.952	353	9	3.853
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	3.124.230	843.117	315.520	2.711.648

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais (até 2022), contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2023, incluí a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 26).

⁽³⁾ Os saldos finais são compostos por R\$2.287, R\$5.627, R\$3.047 de provisão no Banco e R\$2.609, R\$5.988, R\$3.203 no consolidado e de R\$0, R\$3.348, R\$210 de conta redutora no Banco e R\$0, R\$3.479, R\$270 no consolidado registrados pagamentos parciais de processos não encerrados de natureza fiscal, trabalhista e cível respectivamente.

⁽⁴⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$5.180 milhões e no Consolidado é R\$6.432 milhões.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.058.014 (31/12/2022 - R\$1.016.253) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTMV) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTMV na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTMV, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Prodban Serviços de Informática S.A. e Santander DTMV) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$134.497 no Banco e R\$135.757 no Consolidado (31/12/2022 - R\$130.164 no Banco e R\$133.593 no Consolidado): no Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$363.373 no Banco e R\$377.198 no Consolidado (31/12/2022 - R\$288.660 no Banco e R\$319.020 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificadas como risco de perda possível, estão descritas na nota 19.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o Banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 6,7 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 30 de junho de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verete, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem na Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacon, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$33.245 milhões no Consolidado (31/12/2022 - R\$31.522 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercurso Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentará novo recurso em relação ao PIS. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2023, o valor envolvido é de aproximadamente R\$1.947 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - O Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$8.650 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - O Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$5.005 milhões.

Compensação Não Homologada - O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$4.529 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.593 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - O Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.728 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de atuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.192 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram auto de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$722 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2023, o valor era de aproximadamente R\$536 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2023	31/12/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Banco RCI Brasil S.A.	774.804	857.368	36.718	33.841
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	240.227	218.808	21.089	26.330
Banco PSA	133.642	130.404	7.496	3.018
Rojo Entretenimento S.A.	7.717	7.692	248	180
GIRA	(13.888)	(73)	(11.283)	3.976
Toro CTVM	115.059	115.671	(775)	31.392
Toro Investimentos	18.258	18.538	(104)	586
Solution 4Fleet	737	1.648	(813)	(356)
Ap811	2.641	3.263	(654)	(251)
Total	1.279.197	1.353.319	51.922	98.716

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Remuneração Fixa	75.444	59.079
Remuneração variável - Em espécie	56.678	86.544
Remuneração variável - Em ações	50.477	70.828
Outras	28.636	24.330
Total Benefícios de Curto Prazo	211.235	240.781
Remuneração variável - Em espécie	68.908	82.643
Remuneração variável - Em ações	68.507	87.468
Total Benefícios de Longo Prazo	137.415	170.111
Total	348.650	410.892

Adicionalmente, em 2023 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 23.645 (30/06/2022 - R\$ 18.922).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- as pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- as pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- as pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- as pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- as pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.678	0,1%	4.444	0,1%	9.356	0,1%
Outros	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%
Total em Circulação	3.791.630	99,3%	3.652.772	99,3%	7.444.402	99,3%
Ações em Tesouraria	27.065	0,7%	27.064	0,7%	54.128	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
*Free Float" ⁽²⁾	346.782	9,1%	374.587	10,2%	721.369	9,6%

	Em Milhares de Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
*Free Float" ⁽²⁾	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

⁽¹⁾ Empresas do Grupo Santander Espanha.

⁽²⁾ Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	11.848.660	10.706.879	67.619.572	69.978.695	20.539	16.288
Disponibilidades	678.126	725.598	100.515	180.964	-	778.641
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.289.056	6.836.003	42.338.476	43.027.732	-	48.627.532
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	988.675	764.635	-	988.675
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.110.561	2.978.168	1.632.003	452.537	-	5.742.564
Relações Interfinanceiras	-	-	21.118.364	21.404.794	-	21.118.364
Operações de Crédito	-	-	380.600	1.316.239	20.535	16.284
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	27.551	530.194	-	27.551
Negociação e Intermediação de Valores	364.761	237.394	-	-	-	364.761
Carteira de Câmbio - Líquida	(90.008)	(175.253)	-	-	-	(90.008)
Rendas a Receber	-	-	780.690	952.864	-	780.690
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	141.985	82.459	-	141.985
Outros Ativos - Diversos	496.164	104.969	110.723	1.266.277	4	4
Passivo	(16.537.351)	(23.563.739)	(46.935.497)	(45.428.700)	(161.417)	(118.449)
Depósitos	(3.970.257)	(3.063.898)	(5.010.752)	(4.045.388)	(31.481)	(31.040)
Operações Compromissadas	-	-	(11.061.629)	(7.479.418)	-	301
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	80.699	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(7.104.035)	(30.308.407)	-	(30.308.407)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(113.123)	(201.359)	(250.714)	(1.347.740)	-	(363.837)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.164.380)	(13.172.677)	-	-	-	(12.164.380)
Outros Passivos - Diversos	(289.591)	(21.770)	(303.995)	(139.038)	(214.675)	(298.121)
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.040	9.357

	Banco					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Resultado	2.740.916	4.973.387	(957.542)	1.875.349	(304.780)	(363.083)
Receitas da Intermediação Financeira	3.580.340	4.846.642	2.613.215	3.321.240	1.394	188
Despesas da Intermediação Financeira	(445.682)	230.115	(3.001.823)	(1.615.779)	(2.581)	(1.241)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(393.742)	(103.370)	(562.536)	(181.001)	(303.593)	(362.030)
Resultado não Operacional	-	-	(6.398)	350.889	-	(6.398)

	Consolidado					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	11.848.660	11.460.892	22.824.371	32.657.452	20.722	16.380
Disponibilidades	678.126	1.479.611	100.515	8.732.257	-	778.641
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.289.056	6.836.003	-	-	-	6.289.056
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	625.018	791.288	-	625.018
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.110.561	2.978.168	-	-	-	4.110.561
Relações Interfinanceiras	-	-	21.101.287	21.381.455	-	21.101.287
Operações de Crédito	-	-	142.555	830.506	20.718	16.376
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	2.051	26.210	-	2.051
Negociação e Intermediação de Valores	364.761	237.394	-	-	-	364.761
Carteira de Câmbio - Líquida	(90.008)	(175.253)	-	-	-	(90.008)
Rendas a Receber	-	-	713.227	889.699	-	713.227
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	27.724	6.037	-	27.724
Outros Ativos - Diversos	496.164	104.969	111.994	-	4	4
Passivo	(16.537.351)	(23.563.760)	(9.070.565)	(8.202.759)	(171.057)	(211.170)
Depósitos	(3.970.257)	(3.063.898)	(2.236.803)	(1.401.719)	(31.584)	(31.040)
Operações Compromissadas	-	-	(317.799)	(271.303)	-	301
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	80.699	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(6.307.827)	(6.326.097)	-	(6.307.827)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(113.123)	(201.380)	(9.391)	(37.641)	-	(122.514)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(12.164.380)	(13.172.677)	-	-	-	(12.164.380)
Outros Passivos - Diversos	(289.591)	(21.770)	(198.745)	(165.999)	(224.212)	31.498
Garantias e Limites	-	-	-	-	4.040	9.357

	Banco					
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e de controle compartilhado ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Resultado	2.740.916	4.973.387	235.949	1.070.501	(350.801)	(413.038)
Receitas da Intermediação Financeira	3.580.340	4.846.642	69.564	418.552	1.586	188
Despesas da Intermediação Financeira	(445.682)	230.115	(157.524)	(187.481)	(2.581)	(1.241)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(393.742)	(103.370)	330.307	488.541	(349.806)	(413.241)
Resultado não Operacional	-	-	(6.398)	350.889	-	(6.398)

⁽¹⁾ Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

⁽²⁾ Empresas relacionadas na nota 14.

⁽³⁾ Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Administração de Recursos	241.833	312.272	688.418	655.557
Serviços de Conta Corrente	1.985.054	1.925.756		

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.417.312)	(4.076)	(1.407.727)	(22.689.118)	(4.217)	(1.413.385)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.818.491	3.658	2.312.597	25.256.549	3.535	2.056.633
	401.179	(418)	904.870	2.567.431	(682)	643.248
Sendo:						
Superávit	2.163.122	-	904.871	3.791.264	-	643.248
Déficit	(1.761.944)	(418)	-	(1.223.833)	(682)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.825.651	-	894.691	3.507.572	-	634.170
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	337.471	-	10.180	283.692	-	9.078
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.761.944)	(418)	-	(1.223.833)	(682)	-
Contribuições Eletuadas	172.653	-	(1)	746.407	-	(2)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(41.556)	(36)	347	(153.038)	(71)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.705.117)	350	10.148	(3.094.961)	50	9.392
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	422.236	407	349.926	1.494.535	645	19.769

	30/06/2023			Banco 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(500.062)	47	(23.570)	(648.993)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.229.734)	-	-	1.906.390	308	139.901
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.729.796)	47	(23.570)	1.257.397	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(743.551)	252	254.312	785.599	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(743.551)	252	254.312	785.599	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.863.191	-	(229.986)	177.712	-	62.348

	30/06/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(507.251)	47	(23.570)	(696.050)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.253.568)	-	-	1.947.242	308	139.901
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.760.819)	47	(23.570)	1.251.192	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(702.986)	252	254.312	(805.641)	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(702.986)	252	254.312	(805.641)	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.848.082	-	(229.986)	(144.920)	-	62.348

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2023	31/12/2022
Banesprev		
Plano I	8,87	8,87
Plano II	9,83	9,48
Plano III	8,30	8,30
Plano IV	10,11	10,11
Plano V	7,39	7,19
Pré-75	8,07	7,83
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,17/4,79/5,67	5,17/4,79/5,67
Sanprev		
Plano I	5,78	5,78
Plano II	9,24	9,24
Plano III	8,25	8,25
Bandeprev		
Plano Básico	7,74	7,74
Plano Especial I	5,61	5,61
Plano Especial II	5,16	5,16
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	5,90	5,9

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente os planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida nova inclusão de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermária, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completa. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	Banco				Consolidado			
	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2023		31/12/2022	
	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.319.703)	(556.630)	(3.884.981)	(550.687)	(4.488.979)	(556.630)	(4.037.977)	(550.687)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.241.383	-	4.758.029	-	5.446.777	-	4.945.407	-
	921.680	(556.630)	873.048	(550.687)	957.798	(556.630)	907.430	(550.687)
Sendo:								
Superávit	921.681	-	873.048	-	957.799	-	907.429	-
Déficit	(556.630)	-	(550.687)	-	(556.630)	-	(550.687)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	(921.681)	-	(873.048)	-	957.799	-	907.429	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	-	(556.630)	-	(550.687)	-	(556.630)	-	(550.687)
Contribuições Eletuadas	77.888	19.989	161.605	36.779	79.267	19.989	164.766	36.779
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.040	(27.374)	4.114	(54.462)	4.093	(27.374)	4.006	(54.462)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.460.835)	76.014	(1.377.516)	74.572	(1.437.897)	76.014	(1.355.968)	74.572
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	595.899	-	42.339	-	618.327	-	45.779	-

	Banco				Consolidado			
	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2023		31/12/2022	
	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos	Cabesp	Planos
Experiência do Plano	(97.739)	1.442	(23.045)	12.643	(101.227)	1.442	(23.501)	12.643
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(347.480)	-	492.989	67.328	(360.331)	-	512.958	67.328
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(445.219)	1.442	469.944	80.097	(461.558)	1.442	489.457	80.097
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	370.628	-	(390.745)	-	385.686	-	(403.979)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	370.628	-	(390.745)	-	385.686	-	(403.979)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(7.338)	-	(244.178)	-	(7.448)	-	(254.205)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	30/06/2023	31/12/2022
Cabesp	12,22	11,83
Bandepe	9,79	9,79
Clinica Grátis	8,91	8,91
Diretores Vitalícios	6,88	6,88
Diretores Saúde	22,61	22,61
Circulares (1)	8,74 e 7,98	8,74 e 7,98
Seguro de Vida	7,88	7,88

(1) A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2022 - 8,74) e 7,98 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2022 - 7,98).

c) Gestão dos Ativos dos Planos
As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2023, válidas para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Patrimônio	95,1%	95,1%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	4,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos
Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2023		31/12/2022	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,71% (1) e 9,64%	8,73% (2) e 9,64%	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2) e 9,64%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;
(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade
Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2023		31/12/2022	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)/0,5%	(22.524)	(240.984)	(22.524)	(240.984)
(-)/0,5%	24.802	265.351	24.802	265.351
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763	45.310	484.763
Custo Assistência Médica				
(+)/0,5%	29.297	313.438	29.297	313.438
(-)/0,5%	(27.104)	(289.978)	(27.104)	(289.978)

f) Remuneração com Base em Ações
O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 30/06/2023		01/01 a 30/06/2022	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ -	(3) R\$ 40.403	(3) R\$ 40.403	(3) R\$ 40.403
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 1.668.000	(5) R\$ 4.002.000	(5) R\$ 4.002.000	(5) R\$ 4.002.000
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ -	(10) R\$ 800.000	(10) R\$ 800.000	(10) R\$ 800.000
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 18.270.000	(1) R\$ 20.600.000	(1) R\$ 20.600.000	(1) R\$ 20.600.000
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 700.000	(1) R\$ 1.680.000	(1) R\$ 1.680.000	(1) R\$ 1.680.000
		01/2023 a 01/2027	2024, 2025 e 2026	R\$ 1.125.000	(1) R\$ -	(1) R\$ -	(1) R\$ -
		07/2019 a 06/2022	2022	-	-	-	-
		09/2020 a 09/2022	2022	-	-	-	-
		01/2020 a 09/2023	2023	154.720	-	-	-
		01/2021 a 12/2022	2023	-	SANB11 (4)	111.066	139.163
01/2021 a 12/2023	2024	316.978	-	-	-		
01/2021 a 12/2024	2024	217.291	-	-	-		
01/2022 a 12/2025	2025	66.323</					

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões. Estes clientes são enquadrados em 14 setores de atenção socioambiental. Esta análise também abrange operações do grupo (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura. A diligência para os aspectos sociais, ambientais e climáticos é feita mesmo para os projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nivel I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Nivel I	78.891	75.943,7
Capital Principal	72.686	69.229,0
Capital Complementar (Nota 17.b)	6.205	6.714,7
Patrimônio de Referência Nivel II (Nota 17.b)	13.078	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nivel I e II)	91.970	89.053,5
Risco de Crédito ⁽¹⁾	591.586	559.230,6
Risco de Mercado ⁽²⁾	34.694	19.332,1
Risco Operacional	56.760	60.073,2
Total de RWA ⁽³⁾	683.040	638.635,9
Índice de Basileia Nivel I	11,55	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	10,64	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,46	13,94

⁽¹⁾ As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

⁽²⁾ Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAJur4), do preço de mercadorias commodities (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

⁽³⁾ Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição, sumário do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedge's. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2023.

Carteira Negociação	Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.451)	(123.313)	(246.625)
	Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(109)	(1.484)	(2.968)
	Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(15.148)	(125.039)	(250.079)
	Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(8.271)	(96.106)	(192.211)
	Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(419)	(5.063)	(10.167)
	Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(858)	(21.443)	(42.885)
	Eurobond/Treasury/Global Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3.931)	(45.890)	(91.779)
	Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.454)	(36.348)	(72.696)
	Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(13)	(315)	(629)
	Total ⁽¹⁾		(34.552)	(455.020)	(910.040)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(47.474)	(1.697.568)	(3.880.429)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(26.246)	(568.147)	(999.528)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(36.844)	(544.177)	(1.001.766)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(10.178)	(113.205)	(218.708)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.328)	(18.892)	(39.938)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(30.613)	(380.592)	(783.823)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(298)	(7.444)	(14.888)
Total ⁽¹⁾		(152.981)	(3.331.025)	(6.939.080)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passa a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

c) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomus - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomus - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomus"). A Biomus é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 16,66% da participação acionária da Biomus.

d) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

e) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (i) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banque PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (ii) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

f) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

g) Aquisição de participação no SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022, estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

h) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

i) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Logística e Serviços para Meios de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

j) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), em conjunto com a Toro CTVM, "Toro" celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto

"Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

k) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), em conjunto com a Toro CTVM, "Toro" celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda. (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

32. Outras Informações

a) As cobrições e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 54.576.197 (31/12/2022 - R\$ 49.017.204) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 12.088.729 (31/12/2022 - R\$ 18.934.221) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 270.768.586 (31/12/2022 - R\$275.279.164) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2023, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2022 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2023, existem outros apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros atos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2022 - R\$1.546.050).

d) Entre 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Até 1 Ano	718.464	284.345
Entre 1 a 5 Anos	1.488.617	1.044.715
Mais de 5 Anos	957.458	224.536
Total	3.164.539	1.554.196

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$668 (31/12/2022 - R\$700) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2022, foram no valor de R\$375.340 (2022 - R\$391.408).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apuração dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais

Ativo	2023		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	79.468.894	9.182.773	65.355.279
Títulos e Valores Mobiliários	243.659.514	243.462.855	168.831.185
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.815.007	-	29.371.773
Operações de Crédito	415.231.655	413.447.726	-
Total	768.175.070	766.194.482	178.013.958

Em milhares de Reais

Ativo	2022		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.677.251	7.828.888	57.043.732
Títulos e Valores Mobiliários	206.243.602	206.044.571	138.840.517
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.115.580	-	20.842.648
Operações de Crédito	411.414.378	407.040.905	-
Total	708.450.811	703.878.307	146.669.405

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO		
Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Veitas - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro
DIRETORIA EXECUTIVA		
DIRETOR PRESIDENTE		
Mario Roberto Opice Leão		
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES		
Gustavo Alejo Viviani		
DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS		
Alessandro Tomao Andrea Marques de Almeida Antonio Pardo de Santayana Montes	Carlos José da Costa André Ede Iلسon Viani Elita Vechin Pastorelo Ariaz	Jean Pierre Dupui Gilberto Duarte de Abreu Filho Maria Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite
Renato Ejinisman Vanessa de Souza Lobato Barbosa		
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA		
Adriana Marques Lourenço de Almeida Alexandre Guimarães Soares Ana Paula Vitali Janes Vescovi Ana Paula Neves Granieri Domenici André Juacaba de Almeida Carlos Aguiar Neto Celso Mateus de Queiroz Claudence Lopes Duarte Daniel Mendonça Pareto Francisco Soares da Silva Junior	Franco Luigi Fasoli Flávia Davoli Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto Germanuela de Almeida de Abreu Gustavo de Souza Fosse Igor Mario Puga Jean Paulo Kambourakis Luciana de Aguiar Barros Luis Guilherme Mattoso de Olim Bittencourt Luiz Masagão Ribeiro Filho	Marilize Ferrazza Santinoni Murilo Setti Riedel Paulo César Ferreira de Lima Alves Paulo Sérgio Dualibi Paulo Fernando Alves Lima Ramon Sanchez Santiago Reginaldo Antonio Ribeiro Ricardo Olivare de Magalhães Richard Flavio Da Silva Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende Rogério Magno Panca Sandro Kohler Marcondes Sandro Mazerino Sobral Sandro Rogério da Silva Gamba Thomaz Antonio Licario Rocha Tiago Celso Abate Vanessa Alessi Manzi Vitor Ohtsuki		
CONTADORA		
Samantha Paludetto Flores Melgas - CRC N° SP - 333402/O-3		

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2023.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2023.

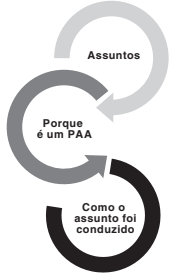
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 8) A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 20) O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de julho de 2023



Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3